

Brasil

MINAS GERAIS

As curiosidades da Galeria Ouvidor

Espaço tradicional de BH, com escada rolante histórica e boate, completa 60 anos



APOIOS EM FALTA

De cada dez escolas do país, só uma tem psicólogo e duas contam com seguranças

BRUNO ALFARO

Dados do Censo Escolar mostram que o número de psicólogos em colégios do país teve um aumento tímido em 2023, mesmo após o ano anterior mostrar a necessidade destes profissionais para lidarem com problemas como a volta às aulas pós-pandemia e ataques a escolas. As informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) também apontam que a presença de profissionais de segurança — medida comumente defendida por autoridades após casos de violência em ambientes educacionais — avançou pouco no período.

O aumento de escolas com a presença desses dois tipos de profissionais foi de apenas três pontos percentuais na rede pública. Os psicólogos passaram a ser encontrados em 12% das escolas. Os profissionais de segurança, em 22%.

Os dados do Censo Escolar divulgados neste ano mostram que a rede pública de Santa Catarina (escolas estaduais e municipais em conjunto) foi a que mais conseguiu contratar psicólogos. O número de colégios com esse profissional no estado mais do que dobrou — passou de 13%, em 2022, para 30% em 2023 — e assumiu a liderança no país. Alagoas também conseguiu ter um crescimento expressivo, de 10% para 25% das instituições públicas educacionais.

Especialistas apontam que não há uma única solução que resolva o problema da violência em ambientes educacionais. Entre 2002 e 2023, o país foi palco de 164 ataques. Desse, 14% ocorreram nos últimos dois anos: sete em 2022 e 16 em 2023. No ano passado, um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação com pesquisadores da educação



Em luta, Santa Catarina, que viveu tragédia em 2023, foi o estado que mais contratou psicólogos: passou de 13% dos colégios em 2022 para 30%

ESCOLAS QUE POSSUEM PSICÓLOGOS (em %)



Fonte: Censo Escolar Inep

pandemia de saúde mental.

Marilyn Facci, presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, afirma que a função desse profissional dentro de um colégio não é fornecer atendimento psicoterapêutico aos alunos ou professores. Ele está ali para trabalhar no dia a dia da comunidade escolar, observando os problemas de aprendizagem das crianças e trabalhando junto dos professores para encontrar soluções.

— É importante o psicólogo estar na escola acompanhando o cotidiano para pensar estratégias que vão resolvendo os obstáculos que aparecem entre aprender e ensinar e nas relações que acontecem na escola — afirma a professora sênior do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Por isso, afirma a especialista,

é importante que esse profissional esteja na escola. Muitas redes utilizam psicólogos de unidades de saúde para o atendimento dos alunos. Mas, diz Facci, esses são dois trabalhos completamente diferentes.

— Os projetos de atendimento psicológico não vão resolver as dificuldades de ensino e aprendizagem. É um apoio, é necessário, mas não faz sentido num turma de 30 alunos, dez estarem fazendo psicoterapia. As dificuldades estão na escola, no processo de escolarização, e é lá que isso precisa ser resolvido — afirma.

De acordo com ela, o psicólogo na escola pode observar e identificar os estudantes em sofrimento — aqueles que sofrem e os que praticam bullying, por exemplo — e orientar os profissionais da educação a trabalhar as relações sociais para a construção de um ambiente saudável.

— A violência é combatida quando a escola trabalha com relações sociais de respeito, com a defesa de que todo mundo tem direito de aprender, com diversidade. Isso tudo acaba interferindo nos atos de violência na escola — frisa.

PROTEÇÃO DE PATRIMÔNIO

A atuação de seguranças e guardas nas escolas não é apontada por especialistas como uma medida crucial para evitar ataques, apesar de ser amplamente mencionada por autoridades após casos de repercussão nacional. Esses profissionais, no entanto, podem ser importantes em alguns contextos, como, por exemplo, proteger o patrimônio da escola.

No país, o perfil desses agentes é muito variado. Em alguns lugares, escolas têm empresas de proteção terceirizadas, outras destinam um funcionário para a função de vigia. No ano passado, cresceu um movimento de defesa de segurança armada, o que é criticado por especialistas em violência escolar. Essas contratações, se acontecerem, só serão registradas pelo Censo Escolar na próxima edição dessa base de dados, em 2025.

De acordo com o Censo Escolar, estados do Centro-Oeste lideram a proporção de colégios com guardas e seguranças patrimoniais. No Distrito Federal, estão presentes em 79% das unidades. O ranking segue com Tocantins (62%), o único representante de outra região no top 5, que ainda tem Mato Grosso do Sul (55%), Mato Grosso (54%) e Goiás (48%).

ANTÔNIO GOIS

antoniogois@globo.com.br



'Aprovação automática' na Bahia

O debate sobre "aprovação automática" voltou ao noticiário por causa da decisão do governo da Bahia de estabelecer critérios mais flexíveis para aprovação de estudantes, visando reduzir as altas taxas de reprovação em sua rede. A portaria foi duramente criticada tanto pela oposição de direita ao governador Jerônimo Rodrigues (PT) quanto pelo

sindicato dos professores do estado.

De acordo com o Censo Escolar, a rede estadual de ensino médio da Bahia tem taxas de insucesso bastante elevadas para padrões nacionais, pois 30% de seus alunos foram reprovados ou abandonaram os estudos em 2022, o dobro da média nacional (15%). No Nordeste, esse percentual é de 16%, mas algumas redes se destacam positivamente, caso de Pernambuco (6%) e Ceará (3%). O resultado desses dois últimos estados nordestinos é ainda mais relevante pois ambos registraram nas duas décadas passadas diminuição significativa da reprovação e do abandono, ao mesmo tempo em que as médias de aprendizagem em Matemática e Língua Portuguesa aumentaram, provando que é possível — além de necessário — conciliar os dois movimentos.

Mesmo já tendo sido adotada ou defendida por educadores como Paulo Freire ou Anísio Teixeira, a progressão continuada é um conceito que costuma gerar resistência tanto à esquerda quanto à direita. Até projetos de lei já foram propostos no Congresso como o objetivo de propor a prática, partindo do pressuposto — simplista e equivocado — de que ela causou

no Brasil queda da aprendizagem.

Já citei algumas vezes neste espaço estudos nacionais mostrando que, nas redes em que a proposta foi implementada, não houve queda no desempenho de estudantes. No entanto, tampouco houve melhoria, o que só evidencia o óbvio: a medida, quando bem implementada, pode ter impacto positivo na redução da evasão (principal efeito colateral da repetência massiva), mas não resolve o problema da baixa aprendizagem.

A repetência em massa é comprovadamente uma péssima estratégia pedagógica. Uma meta-análise (estudo mais robusto por sintetizar o resultado de várias pesquisas) feita pelo pesquisador John Hattie no livro "Visible Learning" mostra, nas palavras do autor, que "é difícil encontrar outra prática educacional em que a evidência científica seja tão negativa". É claro que, em situações específicas, pode ser melhor para um estudante repetir de ano, mas

sistemas de alto desempenho no mundo tratam esses casos excepcionais, o que ajuda a explicar por que apresentam taxas de reprovação muito inferiores às do Brasil.

A cultura da repetência, porém, ainda é muito arraigada por aqui. De acordo com o questionário do Sistema de Avaliação da Educação Básica, seis em cada dez professores concordam que repetir de ano é bom para o aluno que apresentou desempenho insatisfatório. Até o final do século passado, o Brasil ostentava taxas de reprovação equivalentes apenas ao de países da África Subsaariana, sem que isso gerasse grande indignação.

Todas as constatações sobre os efeitos negativos das altas taxas de repetência não inibiram críticas sobre a forma como vários governos tentaram implementar a progressão continuada por aqui. Para que seja efetiva, mesmo uma medida baseada nas melhores evidências e destinada a combater um grave problema precisa ser dialogada e contar com alto esforço de convencimento e apoio aos professores. Nenhum problema grave em educação se resolverá na base da canetada. Antes fosse tão simples.